

Para Associação, PGU será novo trem da alegria

Diretores da Associação Nacional dos Procuradores da República denunciam a instituição constitucional de mais um trem da alegria se aprovada amanhã pela Constituinte a tese de se retirar do Ministério Público Federal a representação judicial da União, criando para desempenhar essas funções um novo órgão, a Procuradoria Geral da União — PGU —, conforme prevê os artigos 153 e 154 dos projetos de Constituição da Comissão de Sistematização e também do Centrão.

Além dos cerca de 5000 novos procuradores que seriam absorvidos sem concurso público específico e de mais uns 15.000 funcionários de apoio para funcionamento da máquina administrativa, a entidade representativa dos procuradores acredita que a iniciativa está revertida de interesses escusos e obscuros, pois a PGU estará subordinada à Presidência da República, podendo facilmente ficar à mercê de interesses eleitorais e pressões políticas.

Na opinião da diretoria da ANJ, manifestada através da delegada regional de Brasília, Delza Curvelho Rocha, e ainda por correspondências encaminhadas aos constituintes pelo próprio presidente da Associação, Roberto Monteiro Gurgel, a idéia de criação da Procuradoria Geral da União "conta com o patrocínio e a inspiração dos que integram o denominado Serviço Jurídico da União, organizado hierarquicamente sob o controle da Consultoria Geral da República, comandado pelo procurador Saulo Ramos, que seria o eleito do Presidente da República para responder pelo novo órgão a ser criado.

Em consequência da divisão de atribuições da PGR e da criação da PGU, o projeto constitucional em votação prevê aos atuais procuradores a possibilidade de opção entre as funções de Ministério Público (restritas no caso à defesa dos "interesses da sociedade") e de Procurador-Geral da União (al enquadrados aqueles que teriam função específica de defender os bens da União), conforme prevê o artigo 14 das Disposições Transitórias, em seu parágrafo segundo. E, no parágrafo seguinte, propõe-se que sejam efetivados na Procuradoria Geral da União aqueles que optaram por esse órgão, o que, na análise da ANPR caracterize-se mais um trem da alegria em toda a área jurídico-administrativa da União Federal.

A prevalecer o texto dos projetos da Sistematização e do Centrão, Monteiro Gurgel acredita que estará organizado, "sob idênticos princípios e métodos" atualmente utilizados por Saulo Ramos, um super poder, diferenciado do Serviço Jurídico da União pelo fato de que não exerceria mais o monopólio só das "opiniões que já são do conhecimento público" (referindo-se por certo aos recentes pareceres emitidos considerando inconstitucional a CPI da Corrupção e opinando a favor dos seis anos de mandato para o atual Presidente da República), "mas também da representação em juízo de todo o patrimônio nacional".

Traduzindo em linguagem mais prática, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores diz que, se criado o novo órgão "burocrático", a inovação vai atingir diretamente os contribuintes, porque, vinculado diretamente ao Chefe do Executivo, o processo judicial poderá ser transformado em instrumento utilizado para "alimentar a voracidade insaciável do complexo burocrático".

Além disso, ele considera ainda a solução apresentada como "altamente danosa" aos interesses do País, pois importará no aumento da despesa da União. Teriam que ser criadas projeções regionais da PGU no Distrito Federal, capitais dos Estados e nas cidades do interior em que funcione uma Vara Federal. Com isso, de início teriam que ser criadas vagas para cerca de 20.000 funcionários (entre procuradores e pessoal de apoio), enquanto esse encargo é hoje desempenhado por volta de 500 procuradores da República que se utilizam de uma única infra-estrutura administrativa, que também dá suporte às atividades do Ministério Público Federal.

Para sair do impasse criado na última sexta-feira, quando os trabalhos da Constituinte foram suspensos para dar tempo aos parlamentares de estudarem melhor a questão, a diretoria da entidade se posiciona pela rejeição dos projetos do Centrão e da Sistematização e pela aprovação de qualquer uma das quatro emendas registradas, com o propósito de suprimir esse dispositivo. A emenda de Roberto Jefferson (PTB-RJ), além de suprimir a criação da PGU remete à legislação complementar a possibilidade de que suas funções possam ser exercidas por Procuradores dos Estados, onde não houver Vara da Justiça Federal.

STJ vai ter um acúmulo de processos

Serão necessários pelo menos cem ministros, em vez dos 33 aprovados pela Assembleia Nacional Constituinte, para impedir que se acumulem os processos no recém-criado Superior Tribunal de Justiça, acredita o presidente do Supremo Tribunal Federal, Rafael Mayer. O novo Tribunal terá, pela futura Carta, atribuições do Tribunal Federal de Recursos, que será extinto, e algumas funções exercidas atualmente pelo STF. Entre elas o julgamento de governadores de Estado, de mandados de segurança contra ministros e a possibilidade de avocar processos, até agora uma função do Supremo.

Rafael Mayer não acredita, entretanto, que o STF perdesse poder. Ele acha que o trabalho dos ministros será maior porque a Constituição está saindo complexa e muitas questões constitucionais serão levantadas. Mas a Constituinte, na opinião de Mayer, perdeu a oportunidade de tornar a Justiça mais ágil, quando deixou que a possibilidade de recursos às decisões dos tribunais de pequenas causas fosse mantida.

O presidente do Tribunal Federal de Recursos, Evandro Gueiros Leite, também lamenta a manutenção do recurso. Para ele, somente mudando-se o sistema jurídico agilizaria-se a Justiça no país. "Enquanto as sentenças forem normas individuais, sem a possibilidade de serem estendidas a casos semelhantes, o sistema jurídico continuará anacrônico.

Gueiros Leite acredita que o futuro Superior Tribunal de Justiça terá que examinar um número excessivo de processos até que sejam criados os cinco tribunais regionais previstos na Constituição. E sugere que sejam criados imediatamente os tribunais de Rio e São Paulo, de onde partem 80% dos quase 400 mil processos que chegam ao TFR atualmente. Este número deve aumentar numa quantidade ainda não prevista pelos ministros, com a transformação do TFR em Superior Tribunal de Justiça.

Gueiros Leite vê com certa tristeza a extinção do TFR, criado há 40 anos. Na sua opinião o tribunal tem sido bem recebido pela opinião pública e tem "se antecipado à solução das crises", a exemplo da questão da Autolatina. O processo não foi a julgamento, a pauta foi adiada várias vezes, até que governo e multinacional fizessem acordo e a Autolatina retirassem o processo. Para o presidente do TFR, a justiça brasileira tem decidido todas as questões num país onde "não se administra, não se dirige".

União quer reaver recursos

São 20% de IR e IPI dados a estados e municípios

VERA RAMOS
Da Editoria de Política

Com a vitória do presidencialismo, vários constituintes ligados ao grupo político orientado pelo Palácio do Planalto já começaram a fazer articulações com o objetivo de devolver à União a parcela de arrecadação dos impostos sobre a renda e sobre produtos industrializados (IPI) destinada aos estados e municípios, de acordo com o texto aprovado pela Comissão de Sistematização.

Pelo que foi acolhido na Sistematização, a União perderá, dentro dos próximos cinco anos, cerca de 20% do total arrecadado sobre o Imposto de Renda e sobre o IPI, o que equivaleria, atualmente, a 2% do déficit público. Para os políticos que defendem a tese da centralização dos recursos nas mãos da União, se o texto aprovado na Sistematização for acolhido em plenário, o País se tornará ingovernável.

Com o objetivo de impedir que os avanços obtidos pela Sistematização, com relação ao título da reforma tributária, sejam derrubados quando a matéria entrar em votação, em primeiro turno, as bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste voltaram a se reunir. Nessa segunda-feira, dia 11, esses constituintes, que somam 292 votos, deverão redigir um documento expondo as principais reivindicações do grupo, sobre as quais não abrirão mão — ainda que o embate em plenário anule os acordos feitos anteriormente, durante a fase dos trabalhos da Comissão de Tributação e Orçamento.

REAÇÃO

Um dos articuladores da reação contra os parlamentares que querem reaver o poder da União na distribuição de recursos para os estados e município, o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), que já foi ministro da Fazenda no Governo Sarney, acha que as críticas ao projeto de descentralizar o bolo tributário no País são infundadas.

Lembrando a soma dos recursos repassados no ano passado pela União, o constituinte disse que entre antecipações de receita e aporte aos bancos estaduais, os cofres da União entregaram aos estados recursos da ordem de Cz\$ 120 bilhões. "Se o projeto da Constituinte, acolhido pela Sistematização, já esti-

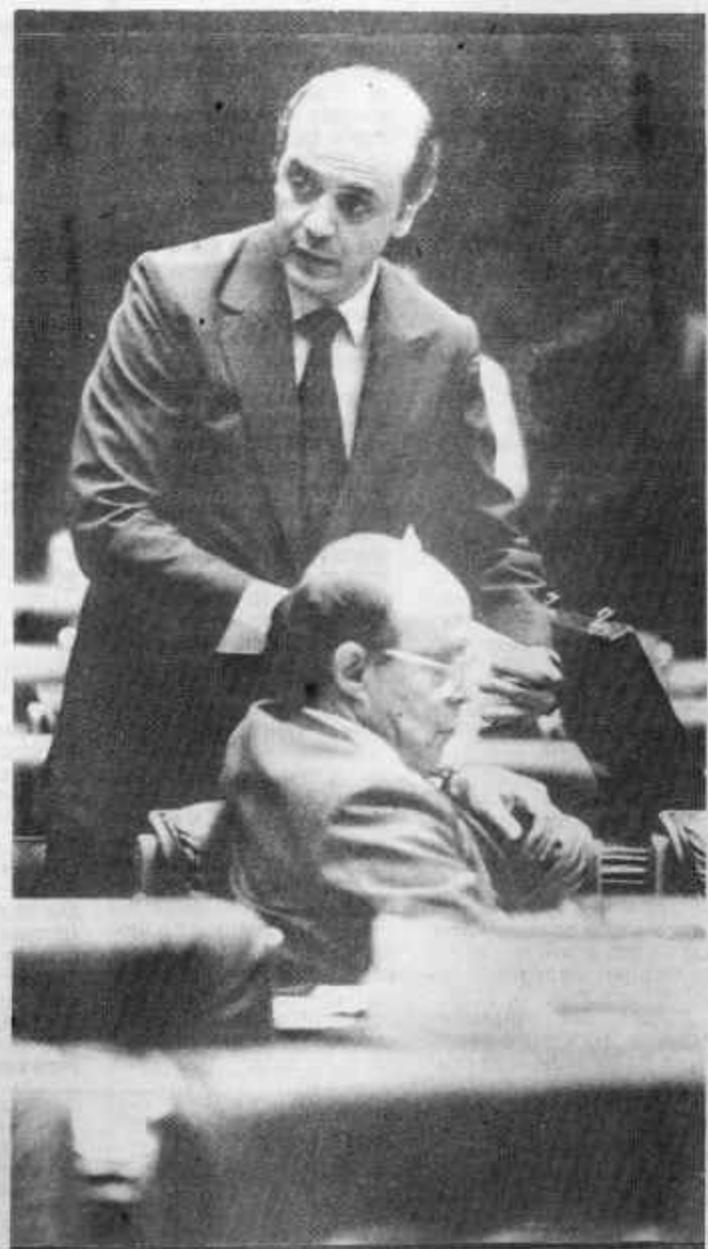
vesse vigorando, o repasse obrigatório para os estados e municípios seria de apenas Cz\$ 30 bilhões".

Na opinião da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), criticar a reforma tributária proposta pelos constituintes é uma cortina de fumaça. "A reforma tributária é apenas uma forma de tornar institucional o que hoje é feito de forma arbitrária e política". Acrescentou ainda que os políticos que defendem o regime presidencialista que vigora atualmente não querem que a União perca a sua força junto aos estados e municípios. Alertado sobre as articulações que vêm sendo feitas visando essas modificações, o governador do Rio de Janeiro, Wellington Moreira Franco, esteve essa semana em Brasília, conversando com os deputados José Serra (PMDB-SP) e Francisco Dornelles (PFL-RJ), que tiveram uma participação importante na feitura do projeto tributário. Para Moreira Franco, o bolo tributário tem que ser descentralizado.

Porém, na esteira da briga entre os políticos que querem recuperar para o governo federal a centralização dos recursos arrecadados, a votação da reforma tributária promete novos embates entre os constituintes representantes das bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e os da região Sul.

Liderados pelos deputados Benito Gama (PFL-BA) e Firmo de Castro (PMDB-CE), as bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste vão tentar suprimir três emendas consideradas prejudiciais àquelas regiões: — adicional de 5% sobre imposto de renda cobrado pelos estados e municípios; imposto sobre exportação de produtos nacionais ou nacionalizados, cobrados pela União; e imposto sobre vendas de combustíveis líquidos gasosos a varejo, cobrados pelos municípios.

Além dessas emendas, consideradas discriminatórias por só beneficiarem municípios maiores, os quais se concentram nas regiões mais desenvolvidas do País, o grupo do Norte, Nordeste e Centro-Oeste vai lutar pela aprovação de um dispositivo regionalizando o orçamento fiscal de acordo com a proporcionalidade de habitantes. Segundo o deputado Benito Gama, a região Nordeste, onde se concentram 35% da população, recebe apenas 9% do total dos recursos destinados a investimentos nos estados. Argumentou que a regionalização do orçamento esti-



Serra (em pé) e Dornelles, vigilantes

mulará a descentralização das indústrias atualmente sediadas no Sul do País, especialmente em São Paulo.

Outra emenda que trará discussões intensas é a que trata da fixação da alíquota interna do ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias). Pela Constituição em vigor, os estados têm competência para fixar, individualmente, sua alíquota. A bancada do Nordeste, no entanto, quer que o Senado Federal passe a ser o regulador, e por maioria absoluta de seus membros. Com uma bancada de 14 senadores contra 9

do Sul, esses constituintes acreditam que, dificilmente, as regiões mais ricas poderão aumentar a alíquota do ICM de forma indiscriminada.

Benito Gama explicou que os estados mais ricos, nos quais a arrecadação do ICM é significativa, a tendência é pelo aumento contínuo das alíquotas, pressionando o Governo federal a reduzir o percentual cobrado de IPI, afetando diretamente os Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios, que sobrevivem, basicamente, da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI.